

A low-angle photograph of the Christ the Redeemer statue in Rio de Janeiro, Brazil, set against a dramatic sunset sky with orange and yellow clouds. The statue's arms are outstretched, and its face is visible. In the foreground, a crowd of people is gathered on a balcony with a decorative railing, looking towards the statue. The overall scene is bathed in the warm light of the setting sun.

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ANO DE **2017**

# Demonstrações Contábeis

## BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA

CNPJ 02.000.895/0001-90

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>48.178.740,88</b>	<b>38.195.150,37</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>66.198.115,87</b>	<b>53.103.756,25</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 3.c)	254.083,15	319.315,02	DEPÓSITOS (NOTA 11)	57.999.934,53	45.813.547,13
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	147,51	Depósitos à Vista	7.852.281,45	5.381.955,87
Carteira Própria	-	147,51	Depósitos a Prazo	50.147.653,08	40.431.591,26
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 5)	26.064.166,21	19.590.811,18	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS (NOTA 12)	1.592,79	-
Centralização Financeira - Cooperativas	26.064.166,21	19.590.811,18	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.592,79	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	20.764.213,85	17.899.079,22	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	1.341.901,29	677.659,62
Operações de Crédito	20.907.686,75	18.007.035,52	Empréstimos País - Outras Instituições	1.341.901,29	677.659,62
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(143.472,90)	(107.956,30)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.854.687,26	6.612.549,50
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 7)	1.069.457,64	383.485,40	Cobrança e Arrecadação de Tributos Sociais e Estatutárias (NOTA 14.1)	56.376,91	1.719,10
Créditos por Avals e Fianças Honrados	421.092,51	-	Fiscais e Previdenciárias (NOTA 14.2)	2.930.619,53	2.857.252,75
Rendas a Receber	82.823,74	1.961,98	Diversas (NOTA 14.3)	306.018,35	143.383,76
Diversos	864.948,84	465.697,24	(NOTA 14.4)	3.561.672,47	3.610.193,89
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(299.407,45)	(84.173,82)	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.702.206,82</b>	<b>2.744.207,34</b>
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 8)	26.820,03	2.312,04	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.702.206,82	2.744.207,34
Outros Valores e Bens	700,00	-	DEPÓSITOS (NOTA 11)	1.155.914,74	1.976.804,20
Despesas Antecipadas	26.120,03	2.312,04	Depósitos a prazo	1.155.914,74	1.976.804,20
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>76.829.457,76</b>	<b>66.180.428,85</b>	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	1.509.927,70	333.333,50
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	71.998.231,49	62.642.266,51	Empréstimos País - Outras Instituições	1.509.927,70	333.333,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	71.998.231,49	62.642.266,51	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14.4)	36.364,38	434.069,64
Operações de Crédito	72.495.712,15	63.020.086,35	Diversas	36.364,38	434.069,64
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(497.480,66)	(377.819,84)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>56.107.875,95</b>	<b>48.527.615,63</b>
PERMANENTE	4.831.226,27	3.538.162,34	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16.a)	49.057.226,09	42.875.351,87
INVESTIMENTOS (NOTA 9)	4.428.791,82	3.017.919,05	De Domiciliados no País (Capital a Realizar)	49.057.936,49	42.877.001,87
Outros Investimentos	4.428.791,82	3.017.919,05	(710,40)	(710,40)	(1.650,00)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	402.434,45	520.243,29	RESERVAS DE SOBRES (NOTA 16.b.c)	4.020.429,99	2.232.872,33
Imóveis de Uso	965.822,53	965.822,53	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (NOTA 16.d.e)	3.030.219,87	3.419.391,43
Outras Imobilizações de Uso	1.283.741,86	1.234.714,13			
(Depreciação acumulada)	(1.847.129,94)	(1.680.293,37)			
DIFERIDO	-	-			
Gastos de Organização e Expansão	-	93.886,37			
(Amortização acumulada)	-	(93.886,37)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>125.008.198,64</b>	<b>104.375.579,22</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>125.008.198,64</b>	<b>104.375.579,22</b>

# Demonstrações

## Contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA  
CNPJ 02.000.895/0001-90

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>8.946.402,80</b>	<b>16.965.401,90</b>	<b>15.656.393,80</b>
Operações de Crédito	8.942.302,23	16.956.972,77	15.643.315,81
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.100,57	8.429,13	13.077,99
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(2.710.182,67)</b>	<b>(5.564.525,65)</b>	<b>(5.497.862,43)</b>
Operações de Captação no Mercado	(2.303.707,44)	(4.825.794,62)	(5.043.390,78)
Operações de Empréstimos e Repasses	(158.653,08)	(239.084,94)	(241.781,64)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(247.822,15)	(499.646,09)	(212.690,01)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>6.236.220,13</b>	<b>11.400.876,25</b>	<b>10.158.531,37</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(5.593.252,30)</b>	<b>(7.583.753,50)</b>	<b>(6.708.596,94)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	211.419,77	381.374,84	391.257,55
Rendas de Tarifas Bancárias	79.223,72	152.852,20	133.464,03
Despesas de Pessoal	(2.367.377,40)	(4.557.744,98)	(4.279.413,98)
Outras Despesas Administrativas	(1.745.251,33)	(3.344.279,50)	(2.536.974,39)
Despesas Tributárias	(37.150,14)	(68.721,29)	(62.840,50)
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 19	2.536.915,48	4.368.426,28	2.759.618,76
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 20	(4.271.032,40)	(4.515.661,05)	(3.113.708,41)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>642.967,83</b>	<b>3.817.122,75</b>	<b>3.449.934,43</b>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL Nota 21	(858,45)	2.051,98	606.677,83
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>642.109,38</b>	<b>3.819.174,73</b>	<b>4.056.612,26</b>
Provisão para Imposto de Renda	(2.057,82)	(14.718,70)	(15.669,25)
Provisão para Contribuição Social	(2.332,19)	(16.681,19)	(18.129,56)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>637.719,37</b>	<b>3.787.774,84</b>	<b>4.022.813,45</b>
F A T E S - Atos Cooperativos	-	(189.388,74)	(201.140,67)
Reserva Legal	-	(568.166,23)	(402.281,35)
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>637.719,37</b>	<b>3.030.219,87</b>	<b>3.419.391,43</b>
Juros ao Capital	(3.902.787,70)	(3.902.787,70)	(1.955.592,44)

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA

CNPJ 02.000.895/0001-90

	2º SEMESTRE DE 2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Sobras/Perdas do Exercício	642.109,38	3.819.174,73	4.056.612,26
IRPJ / CSLL	(4.390,01)	(31.399,89)	(33.798,81)
Depreciações e Amortizações	83.042,66	166.836,57	166.519,60
<b>Sobras/Perdas do Exercício Ajustado</b>	<b>720.762,03</b>	<b>3.954.611,41</b>	<b>4.189.333,05</b>
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS</b>			
Operações de Crédito	(248.989,59)	(12.221.099,61)	(13.140.869,49)
Outros Créditos	299.381,67	(685.972,24)	(68.490,35)
Outros Valores e Bens	61.285,33	(24.507,99)	(1.342,33)
Depósitos a Vista	2.333.633,39	2.470.325,58	864.027,62
Depósitos sob Aviso	(4.350,89)	(296.109,45)	-
Depósitos a Prazo	3.343.108,81	9.191.281,81	5.000.417,26
Relações Interdependências	1.592,79	1.592,79	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(847.759,32)	1.840.835,87	(1.700.654,48)
Outras Obrigações	1.972.924,77	(155.567,50)	398.075,92
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>7.631.588,99</b>	<b>4.075.390,67</b>	<b>(4.459.502,80)</b>
Aquisição em Investimentos	(1.316.824,74)	(1.410.872,77)	(450.615,68)
Aquisição em Imobilizado de Uso	(25.237,90)	(49.096,73)	(91.144,82)
Outros Ajustes	-	69,00	-
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>(1.342.062,64)</b>	<b>(1.459.900,50)</b>	<b>(541.760,50)</b>
Aumento por novos aportes de Capital	2.307.906,08	4.680.937,44	4.403.622,91
Devolução de Capital à Cooperados	(1.331.898,71)	(4.289.671,54)	(4.325.953,26)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(32.516,36)	(11.211,76)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	(200.000,00)	-
Recebimento de ratio de prejuízo da incorporação	-	-	21.497,52
FATES Sobras Exercício	-	-	(201.140,67)
Amortização Rateio/Perdas	(189.388,74)	(189.388,74)	-
Subscrição do Juros ao Capital	3.842.923,61	3.842.923,61	1.924.873,50
IRRF sobre Juros ao Capital	(19.798,93)	(19.798,93)	(1.268,27)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)</b>	<b>4.609.743,31</b>	<b>3.792.485,48</b>	<b>1.810.419,97</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>10.899.269,66</b>	<b>6.407.975,65</b>	<b>(3.190.843,33)</b>
No início do período	15.418.979,70	19.910.273,71	23.101.117,04
No fim do período	26.318.249,36	26.318.249,36	19.910.273,71
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>10.899.269,66</b>	<b>6.407.975,65</b>	<b>(3.190.843,33)</b>

# Demonstrações

## Contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades da Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA

CNPJ 02.000.895/0001-90

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Total
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>39.383.239,30</b>	<b>(5.740,00)</b>	<b>1.730.590,98</b>	<b>-</b>	<b>1.586.291,93</b>	<b>42.694.382,21</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Constituição de Reservas	-	-	-	100.000,00	(100.000,00)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(11.211,76)	(11.211,76)
Ao Capital Social	1.496.577,69	-	-	-	(1.496.577,69)	-
Recuperação de perdas	-	-	-	-	21.497,52	21.497,52
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	4.399.532,91	4.090,00	-	-	-	4.403.622,91
Por Devolução ( - )	(4.325.953,26)	-	-	-	-	(4.325.953,26)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	5.946.418,68	5.946.418,68
Subscrição dos Juros ao Capital	1.924.873,50	-	-	-	(1.924.873,50)	-
IRRF sobre juros ao capital	(1.268,27)	-	-	-	1.268,27	-
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva	-	-	402.281,35	-	(402.281,35)	-
F A T E S	-	-	-	-	(201.140,67)	(201.140,67)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>42.877.001,87</b>	<b>(1.650,00)</b>	<b>2.132.872,33</b>	<b>100.000,00</b>	<b>3.419.391,43</b>	<b>48.527.615,63</b>
<b>Movimentação de Capital</b>						
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>						
Ao FATES	-	-	-	-	(200.000,00)	(200.000,00)
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	1.219.391,43	-	(1.219.391,43)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(32.516,36)	(32.516,36)
Ao Capital Social - Nota 16.a	1.967.483,64	-	-	-	(1.967.483,64)	-
<b>Movimentação de Capital</b>						
Por Subscrição/Realização	4.679.997,84	939,60	-	-	-	4.680.937,44
Por Devolução ( - )	(4.289.671,54)	-	-	-	-	(4.289.671,54)
Recuperação de Reserva	-	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	3.787.774,84	3.787.774,84
Subscrição dos Juros ao Capital	3.842.923,61	-	-	-	-	3.842.923,61
IRRF sobre juros ao capital	(19.798,93)	-	-	-	-	(19.798,93)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>						
Fundo de Reserva - Nota 16.e	-	-	568.166,23	-	(568.166,23)	-
F A T E S - Nota 16.e	-	-	-	-	(189.388,74)	(189.388,74)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>49.057.936,49</b>	<b>(710,40)</b>	<b>3.920.429,99</b>	<b>100.000,00</b>	<b>3.030.219,87</b>	<b>56.107.875,95</b>

# Notas Explicativas

## 1. Contexto Operacional

O SICOOB COOPJUSTIÇA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 2 de março de 2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2)- Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1)- Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24- Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009, CPC 26- Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011 e CPC 33 (R1)- Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	254.083,15	319.315,02
Títulos e valores mobiliários	-	147,51
Relações interfinanceiras	26.064.166,21	19.590.811,18
<b>TOTAL</b>	<b>26.318.249,36</b>	<b>19.910.273,71</b>

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e

softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### m) Passivos contingentes

São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

#### p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
  - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
- Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2017.

### 5. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	26.064.166,21	19.590.811,18
<b>TOTAL</b>	<b>26.064.166,21</b>	<b>19.590.811,18</b>

### 6. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	27.141.632,09	-	-	27.141.632,09	-	23.607.015,49	-
A 0,5% Normal	60.085.141,52	2.002,74	199.989,84	60.287.134,10	(301.435,62)	53.121.333,94	(265.606,53)
B 1% Normal	2.416.233,20	105.408,66	-	2.521.641,86	(25.216,42)	2.046.678,33	(20.466,78)
B 1% Vencidas	674.721,76	-	-	674.721,76	(6.747,22)	446.821,70	(4.468,22)
C 3% Normal	1.769.231,69	30.199,92	-	1.799.431,61	(53.982,95)	1.377.158,72	(41.314,76)
C 3% Vencidas	197.475,02	67,23	-	197.542,25	(5.926,27)	60.114,25	(1.803,43)
D 10% Normal	193.119,90	9.294,22	-	202.414,12	(20.241,41)	182.746,81	(18.274,68)
D 10% Vencidas	119.780,43	-	-	119.780,43	(11.978,04)	25.983,97	(2.598,40)
E 30% Normal	149.878,70	8.533,96	42.348,22	200.760,88	(60.228,26)	-	-
E 30% Vencidas	89.111,77	-	-	89.111,77	(26.733,53)	12.117,22	(3.635,17)
F 50% Normal	34.804,51	-	-	34.804,51	(17.402,26)	2.000,00	(1.000,00)
F 50% Vencidas	38.135,51	-	-	38.135,51	(19.067,76)	11.233,65	(5.616,83)

G	70%	Vencidas	14.313,95	-	-	14.313,95	(10.019,77)	43.088,16	(30.161,71)
H	100%	Normal	6.724,67	-	-	6.724,67	(6.724,67)	12.895,81	(12.895,81)
H	100%	Vencidas	75.249,39	-	-	75.249,39	(75.249,39)	77.933,82	(77.933,82)
<b>Total Normal</b>			91.796.766,28	155.439,50	242.338,06	92.194.543,84	(485.231,59)	80.349.829,10	(359.558,56)
<b>Total Vencidos</b>			1.208.787,83	67,23	-	1.208.855,06	(155.721,97)	677.292,77	(126.217,58)
<b>Total Geral</b>			93.005.554,11	155.506,73	242.338,06	93.403.398,90	(640.953,56)	81.027.121,87	(485.776,14)
<b>Provisões</b>			(621.787,42)	(5.461,72)	(13.704,42)	(640.953,53)	-	(485.776,14)	-
<b>Total Líquido</b>			92.383.766,69	150.045,01	228.633,64	92.762.445,34	-	80.541.345,73	-

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.316.769,63	14.364.302,21	72.324.482,27	93.005.554,11
Financiamentos	17.174,28	53.933,90	171.229,88	242.338,06
<b>TOTAL</b>	<b>6.333.943,91</b>	<b>14.418.236,11</b>	<b>72.495.712,15</b>	<b>93.247.892,17</b>

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial, Conta Garantida e provisão para crédito com liquidação duvidosa.

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	2.981,08	-	2.981,08	0%
Pessoa Física	152.525,01	93.247.892,17	93.400.417,18	100%
Outros	0,64	-	0,64	0%
<b>TOTAL</b>	<b>155.506,73</b>	<b>93.247.892,17</b>	<b>93.403.398,90</b>	<b>100%</b>

Obs.: Não inclui provisão para crédito com liquidação duvidosa.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(485.776,14)	(436.087,13)
Constituições / Reversões no período	(284.412,46)	(115.008,37)
Transferência/Reversões para prejuízo	129.235,04	65.319,36
<b>TOTAL</b>	<b>(640.953,56)</b>	<b>(485.776,14)</b>

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	264.656,69	0,00%	241.989,68	0,00%
10 Maiores Devedores	2.041.988,11	2,00%	1.934.614,45	2,00%
50 Maiores Devedores	7.554.963,95	8,00%	7.023.126,96	9,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	417.591,02	291.833,45
Valor das operações transferidas no período	129.235,04	152.207,71
Valor das operações recuperadas no período	(57.316,12)	(26.450,14)
<b>TOTAL</b>	<b>489.509,94</b>	<b>417.591,02</b>

g) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 4.942.403,72, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

#### 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e fianças honrados	421.092,51	-
Rendas a receber	82.823,74	1.961,98
Adiantamentos e antecipações salariais	7.681,97	3.365,02
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.120,00	1.000,00
Devedores por depósitos em garantia (a)	36.364,38	111.010,40
Imposto de renda a recuperar	-	1.661,59
Títulos e créditos a receber	53.139,28	330.450,49
Devedores diversos – país (b)	765.643,21	18.209,74
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(299.407,45)	(84.173,82)
<b>TOTAL</b>	<b>1.069.457,64</b>	<b>383.485,40</b>

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais.

(b) Refere-se a pendências a regularizar (R\$ 34.260,58) e empresa conta descontos em folha (R\$ 731.382,63)

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

#### 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Material em Estoque	700,00	-



Despesas Antecipadas (a)		26.120,03	2.312,04
<b>TOTAL</b>		<b>26.820,03</b>	<b>2.312,04</b>

a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros (R\$ 5.239,75), processamento de dados (R\$ 7.677,88) e vale transporte (R\$ 13.202,40).

#### 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Central – SICOOB CENTRAL RIO	4.395.292,81	2.990.201,22
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	32.999,00	27.217,82
Quotas FENACRED	500,01	500,01
<b>TOTAL</b>	<b>4.428.791,82</b>	<b>3.017.919,05</b>

#### 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Edificações	965.822,53	965.822,53	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(834.031,06)	(756.765,22)	
Instalações	53.414,86	53.414,86	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(49.811,63)	(46.370,15)	
Móveis e equipamentos de Uso	425.529,27	414.230,15	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(322.986,82)	(298.085,97)	
Sistema de Comunicação	29.779,98	29.779,98	20%
Sistema de Processamento de Dados	757.124,27	719.395,66	10%
Sistema de Segurança	17.893,48	17.893,48	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(640.300,43)	(579.072,03)	
<b>TOTAL</b>	<b>402.434,45</b>	<b>520.243,29</b>	

#### 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	7.852.281,45	5.381.955,87
Depósito Sob Aviso	191.222,08	487.331,53
Depósito a Prazo	51.112.345,74	41.921.063,93
<b>TOTAL</b>	<b>59.155.849,27</b>	<b>47.790.351,33</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	4.051.789,50	7,00%	2.992.555,67	6,00%
10 Maiores Depositantes	14.707.189,85	25,00%	11.564.536,71	25,00%
50 Maiores Depositantes	27.565.627,08	48,00%	21.991.776,05	47,00%

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
<b>Pessoa Física</b>	<b>52.993.444,98</b>	<b>43.989.299,51</b>
Depósito à vista	6.554.941,32	5.113.977,36
Depósito à prazo	46.438.503,66	38.875.322,15
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>6.162.404,29</b>	<b>3.801.051,82</b>
Depósito à vista	1.297.340,13	267.978,51
Depósito à prazo	4.865.064,16	3.533.073,31
<b>TOTAL</b>	<b>59.155.849,27</b>	<b>47.790.351,33</b>

#### 12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento	1.592,79	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.592,79</b>	<b>-</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

### 13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Parcelas	Vencimento	31/12/2017			31/12/2016
				Circulante	Não circulante	Total	Total
Cooperativa Central	CDI + 0,15% am	36	01/06/2020	1.006.618,46	1.509.927,70	2.851.828,99	1.010.993,12
	CDI + 0,15% am	36	05/06/2018	335.282,83	-	335.282,83	-
<b>TOTAL</b>				<b>1.341.901,29</b>	<b>1.509.927,70</b>	<b>2.851.828,99</b>	<b>1.010.993,12</b>

### 14. Outras Obrigações

#### 14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
IOF a recolher	56.376,91	1.719,10
<b>TOTAL</b>	<b>56.376,91</b>	<b>1.719,10</b>

#### 14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	196.823,25	201.140,67
Cotas de Capital a Pagar	2.733.796,28	2.656.112,08
<b>TOTAL</b>	<b>2.930.619,53</b>	<b>2.857.252,75</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

#### 14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	1.372,35	10.156,53
Impostos e contribuições sobre salários	249.076,53	115.088,85
Outros	55.569,47	18.218,38
<b>TOTAL</b>	<b>306.018,35</b>	<b>143.383,76</b>

#### 14.4 Diversas

Descrição	31/12/2017		31/12/2016
	Circulante	Não circulante	
Cheques Administrativos	-	-	200.000,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	33.325,00	-	15.360,99
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	5.652,29	-	4.218,54
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	328.248,51	-	1.090.863,41
Provisão para contingências (d)	-	36.364,38	472.696,30
Provisão para garantias financeiras prestadas (b)	26.888,16	-	-
Credores Diversos – País (c)	3.167.558,51	-	2.261.124,29
<b>TOTAL</b>	<b>3.561.672,47</b>	<b>36.364,38</b>	<b>4.044.263,53</b>

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 275.995,29) e outras despesas administrativas (R\$ 52.253,22)

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 31/01/2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 26.888,16 (R\$ 38.626,66 em 31/12/2016), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Refere-se a outros credores diversos – país (R\$ 21.623,06), pendências a regularizar (R\$ 14.932,97), pagamentos a processar (R\$ 3.014.505,88), pendências a regularizar bancoob (R\$ 116.493,30 e outros (R\$ 3,30);

(d) Provisão para contingências

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas prováveis de demandas administrativas e judiciais, mantém provisão para contingências, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis a Cooperativa apresentava os seguintes passivos, relacionados a contingências:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016
	Circulante	Não circulante	
Contingências trabalhistas	-	36.364,38	360.000,00
Contingências cíveis	-	-	74.069,64
<b>TOTAL</b>	-	<b>36.364,38</b>	<b>434.069,64</b>

#### 15. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPJUSTIÇA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

#### 16. Patrimônio líquido

##### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	49.057.226,09	42.875.351,87
Associados	6.745	6.441

##### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no mínimo 10% e no máximo 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

##### c) Reserva de Contingência

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 02 de abril de 2016, a constituição de um fundo. No valor de R\$ 100.000,00, específico para prevenção de fraudes internas e externas que venham impactar o resultado da cooperativa, em conformidade com as orientações emanadas do sistema Sicoob ao qual a cooperativa é filiada, visando prevenir ocorrências definidas em regulamento próprio aprovado para seu uso. O mesmo terá uma vigência de até a próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2017, quando será avaliada a necessidade de sua manutenção ao extinção.

##### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18/04/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.967.483,64.

##### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	3.787.774,84	4.022.813,45
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	<b>3.787.774,84</b>	<b>4.022.813,45</b>
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 15%	(568.166,23)	(402.281,35)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(189.388,74)	(201.140,67)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>3.030.219,87</b>	<b>3.419.391,43</b>

#### 17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	366.808,61	-
Despesas específicas de atos não cooperativos	(129.985,53)	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(131.733,15)	-
Resultado operacional	105.089,93	(1.209.840,32)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	2.051,98	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	107.141,91	(1.209.840,32)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	<b>(89.536,96)</b>	<b>(1.243.267,95)</b>

#### 18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

#### 19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2º semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	14.316,09	18.525,45	3.299,36
Ingressos de depósitos intercooperativos	671.021,56	1.589.205,69	2.209.230,97
Outras Rendas Operacionais	1.851.577,83	2.760.695,14	547.088,43
<b>TOTAL</b>	<b>2.536.915,48</b>	<b>4.368.426,28</b>	<b>2.759.618,76</b>

#### 20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2º semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Outras	-	-	(12.397,52)
Despesas de provisões passivas	(4.346,67)	(4.638,44)	-

Juros ao capital	(3.902.787,70)	(3.902.787,70)	(1.955.592,44)
Outras despesas operacionais	(363.898,03)	(608.234,91)	(1.145.718,45)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.271.032,40)</b>	<b>(4.515.661,05)</b>	<b>(3.113.708,41)</b>

## 21. Resultado não operacional

Descrição	2º semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos de Capital	13.896,36	18.479,13	609.036,99
Outras Rendas não Operacionais	451,33	451,33	-
(-) Perdas de Capital	(15.206,14)	(16.878,48)	(2.359,16)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(858,45)</b>	<b>2.051,98</b>	<b>606.677,83</b>

## 22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas movimentadas no exercício de 2017:

Descrição	31/12/2017	% em Relação à Carteira Total
Montante das Operações Ativas	276.249,14	0,6%
Montante das Operações Passivas	4.602.192,55	3,22%

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	409.590,72	-	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	120.386,05	1,53%	0%
Depósitos a Prazo	1.548.794,67	3,02%	0,73%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	1,48%	a partir de 1,43%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,71%	a partir 90% CDI
Aplicação Financeira - Pós Fixada	90%	a partir 90% CDI

### PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017

Empréstimos e Financiamentos	0,67%
------------------------------	-------

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são avais.

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	(540.413,79)
Encargos Sociais	(114.343,35)
Plano de Saúde	(97.152,37)

## 23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SICOOB COOPJUSTIÇA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC RIO DE JANEIRO LTDA OOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUSTIÇA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## 24. Gerenciamento de Risco

### 24.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo de Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

#### 24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB COOPJUSTIÇA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB COOPJUSTIÇA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

#### 24.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB COOPJUSTIÇA objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB COOPJUSTIÇA possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

#### 24.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB COOPJUSTIÇA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

#### 25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimonial	5.251.000,00	5.115.000,00
Valores	180.000,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.431.000,00</b>	<b>5.115.000,00</b>

#### 26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013 compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 56.107.875,95, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017, com percentual de índice de Basileia 65,38%.

#### 27. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica da Cooperativa SICOOB COOPJUSTIÇA, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 03 processos cíveis, totalizando o montante de R\$ 61.000,00.

#### 28. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2017



[www.sicoob.coopjustica.org.br](http://www.sicoob.coopjustica.org.br)

[f/SicoobCoopjustica](#) [e/@coopjustica](#)